



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS – CAU/AL.

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regimento Geral, Resolução CAU/BR nº 033/2012.

A sede do CAU/AL está localizada na Av. Comendador Gustavo Paiva, n.2789 Manguabeiras, Ed. Norcon Empresarial – Loja 08, CEP: 57.038-900, Maceió – AL.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas pela Diretoria em 11 de março de 2017.

2. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 01/01/2012, a Contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/AL foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

3.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.

Recebido em

24/07



3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

4. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

4.1. Ativo Circulante

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

4.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/16 no valor de **R\$ 185.384,48** (cento e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), se apresentam da seguinte forma:

a) Bancos c/ Movimento

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 185.384,48** (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.



b) Disponibilidade em Trânsito

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 0,00**, refere-se à restituição de suprimento de fundos pendente na data de encerramento do exercício, com previsão de compensação no primeiro dia útil do exercício de 2017.

c) Bancos c/ Vinculada

Não se aplica a este conselho.

d) Bancos c/ Aplicações Financeiras

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 165.238,22** (cento e sessenta e cinco mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

e) Disponível em Moeda Estrangeira

Não se aplica a este conselho.

4.1.2 Créditos a Receber

a) Devedores da Entidade

- Registra o valor a receber de **R\$ 12.824,69** (doze mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos), conforme demonstração abaixo:

1) Banco do Brasil – R\$ 10.789,90

O valor de **R\$ 10.789,90** (dez mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos) refere-se valores a receber de IOF retidos pelo Banco do Brasil.

2) Diário Oficial da União – dezembro de 2016



O valor de **R\$ 2.034,79** (dois mil e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos), refere-se a saldo residual para uso de publicações no DOU o qual se exige caução antecipada no mês de dezembro de 2016.

b) Entidades Públicas Devedoras

- Registra o valor de **R\$ 0,00**, se refere ao adiantamento de recolhimento de IRRF, IRPJ/PIS/COFINS/CSLL.

c) Depósito Judicial

Não se aplica a este conselho

4.1.3 Estoque – Almoxarifado

Não se aplica a este conselho

4.2 – Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é composto pelos Créditos a Longo Prazo, pelo Imobilizado e Intangível. No mês de dezembro/2016 realizamos o levantamento patrimonial através da empresa Santa Rosa Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S, CNPJ 22.130.937/0001-14.

4.2.2 Créditos a Longo Prazo

Não se aplica a este conselho.

4.2.3 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. A composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 31/12/2016 é de **R\$ 909.772,00** (novecentos e nove mil setecentos e setenta e dois reais), composto da seguinte forma:

Móveis e Utensílios	R\$	125.744,00
Máquinas e Equipamentos	R\$	0,00
Equipamentos de Processamento de dados	R\$	24.028,00
Sala	R\$	760.000,00



Total do Imobilizado R\$ 909.772,00

Todos os bens imobilizados, encontram-se registrados em sistema informatizado SISPAT.NET.

4.2.4 Intangível

Não se aplica a este conselho

4.2.5 Depreciação e Amortização

A depreciação dos bens móveis foi calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação após o laudo patrimonial foi individualizada por cada bem.

A metodologia adotada conforme Laudo Patrimonial foi a Pesquisa Mercadológica, a empresa responsável pela elaboração do Laudo Patrimonial foi a empresa: Santa Rosa Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S, CNPJ: 22.130.937/0001-14.

A contabilização foi realizada conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

4.3 Passivo Circulante

O passivo a curto prazo, está demonstrado no balanço patrimonial como circulante, destacando-se as seguintes obrigações:

a) Restos a Pagar Processados – 2016

- O valor escriturado na conta de Restos a Pagar Processado do Exercício de 2016 em 31/12/2016 é de **R\$ 10.029,40** (dez mil e vinte e nove reais e quarenta centavos). A escrituração obedeceu às normas do artigo 36 da Lei nº 4.320/64.

b) Obrigações de Repartições a Outros Entes

Não se aplica a este conselho.

c) Provisões de Férias, INSS, FGTS e PIS



- Está registrado na contabilidade na conta de Provisões em 31/12/2016, o valor de **R\$ 56.563,65** (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos), cuja composição é a seguinte:

Férias	R\$ 43.510,53
INSS	R\$ 9.137,21
FGTS	R\$ 3.480,81
PIS s/ Folha de Pagamento	R\$ 435,10
Total de provisões em 31/12/2016	R\$ 56.563,65

Observação:

- O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme manual de orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- O procedimento de provisão começou a ser adotado a partir do exercício de 2013.

d) Provisões para Ações Cíveis a Curto Prazo

Não se aplica a este conselho

e) Consignações

- O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações, em 31/12/2016, é de **R\$ 0,00**. As consignações se referem às retenções de INSS e Tributos Federais oriundos de pagamento de serviços prestados a PF e PJ e retenção da folha de pagamento.

f) Garantia – Caução

Não se aplica a este conselho

4.4 Passivo Não Circulante

a) Provisões para Ações Trabalhistas a Longo Prazo

Não se aplica a este conselho



b) Provisões para Ações Cíveis a Longo Prazo

Não se aplica a este conselho

4.5 Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil apresentou um **Superávit Acumulado** no valor de **R\$1.597.946,52**.

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de **R\$ (616.112,71)**, correspondente a 62,75% em relação ao resultado acumulado do exercício de 2015.

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU BR apresentou no exercício de 2016 um **Superávit Patrimonial** no valor de **R\$ 616.112,71** (seiscentos e dezesseis mil cento e doze reais e setenta e um centavos). A composição do Superávit Patrimonial em 2016 foi a seguinte:

Resultado Patrimonial 2016

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 1.691.696,24
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R\$ (1.075.583,53)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16	R\$ 616.112,71

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2016 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.



Resultado Patrimonial 2015

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 1.071.026,11
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R\$ (1.007.493,24)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/15	R\$ 63.532,87

6. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016 foi um **Déficit** de **R\$ 232.139,33** (duzentos e trinta e dois mil e cento e trinta e nove reais e trinta e três centavos), conforme demonstração abaixo:

Resultado Orçamentário 2016

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16	R\$ 1.049.575,29
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/16	R\$ (1.281.714,62)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/16	R\$ (232.139,33)

Resultado Orçamentário 2015

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/15.....	R\$ 1.032.049,15
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/15	R\$ (971.064,86)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/15	R\$ 60.984,29

7. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 é um **Superávit** no valor de **R\$ 118.791,43** (cento e dezoito mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e três



centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

Superávit Financeiro 2016

(+) Ativo Financeiro

a. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/16.....R\$ 185.384,48

(-) Passivo Financeiro

b. (-) Passivo Circulante em 31/12/16R\$ (66.593,05)

c. (-) Restos a Pagar Não Processados–2015R\$

d. (-) Restos a Pagar Não Processados–2016R\$

(=) Superávit Financeiro em 31/12/16R\$ 118.791,43

Superávit Financeiro 2015

(+) Ativo Financeiro

e. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/15..... R\$ 416.958,02

(-) Passivo Financeiro

f. (-) Passivo Circulante em 31/12/15R\$ (55.850,30)

g. (-) Restos a Pagar Não Processados–2014..... R\$

h. (-) Restos a Pagar Não Processados–2015R\$

(=) Superávit Financeiro em 31/12/15R\$ 387.773,28

8. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extraorçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extraorçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:



Ingressos

Receita Corrente	R\$ 1.049.575,29
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 0,00
Receita de Capital – alienação de bens móveis...	R\$ 0,00

Desembolsos

Despesa Corrente	R\$ 986.818,16
Desembolsos Extraorçamentários	R\$ 0,00
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos).....	R\$ 284.867,06

Apuração do Fluxo de Caixa no Período R\$ **53.293,52**

Houve um Resultado do Fluxo de Caixa e Equivalentes no exercício de 2016, no valor de **R\$ 53.293,52** (cinquenta e três mil duzentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

9. Gestão de Risco Financeiro

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CAU/BR.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito do CAU/AL em relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em títulos do tesouro nacional, garantidos pelo Banco do Brasil S/A.

b) Risco de mercado



Para o CAU/AL não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no decorrer do exercício são insignificantes.

c) Risco de Liquidez

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU/AL não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

10. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Maceió-AL, 24 de março de 2017.

SELMA MARIA LESSA DE MOURA

CRC AL nº 4153/ Assessoria Contábil do CAU AL